PREFEITURA DE
BOA VENTURA
TRABALHO QUE TRANSFORMA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0092/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Boa Ventura/PB, por meio do Pregoeiro Oficial, com sede na R. Emília Leite, Boa Ventura - PB, 58993-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento ***MENOR PREÇO POR ITEM***, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 148, de 09 de dezembro de 2022, que regulamenta o art.7º, § 3 do art. 8º, incisos I e II do art. 19º, art. 20º, art. 23 e art. 75º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decretos Municipais nº 0052/2021 e 0007/2022., que regulamenta o Pregão no formato eletrônico, na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ 23:59 horas do 15/10/2025.
RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 23:59 horas do 15/10/2025.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08:59 horas do dia 20/10/2025.
ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 09:00 horas do dia 20/10/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:10 horas do dia 20/10/2025.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.
ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES: R$ 0,01 (UM CENTAVO)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA-PB,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em ***itens*****,** conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema Compras Públicas e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2025, Recursos ordinários conforme a seguir:

Unidade Orçamentária:
02.120 SECRETARIA DE SAUDE
02.130 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação:

10 301 1006 2062 Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Saúde
35|10 302 1006 2064 Manutenção das Ações e Servicos Públicos de Saúde - Bloco Custeio -Atenção Especializada/SUS
10 303 1006 2066 Manutenção das Ações/Serviços Públicos de Saúde - Bloco Custeio -Assistência Farmacêutica/SUS
10 301 1006 2068 Manutenção das Ações dos Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - REC. PROPRIOS
10 301 1006 2068 Manutenção das Ações dos Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - REC. PROPRIOS
10 303 1006 2071 Manutenção das Ações/Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - REC. PRÓPRIOS
10 305 1006 2073 Manutenção das ações de combate ao coronavirus - COVID-19

Elemento de despensa:
3390.30 99 Material de Consumo

2.2. No momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários deverá ser observada.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.
3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio ***www.portaldecompraspublicas.com.br*;**
3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.
4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o

microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. A obtenção de benefícios a que se refere o item 4.2 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.4. As licitantes enquadradas como Microempresa ou empresa de pequeno porte deverão apresentar declaração de que preenche os requisitos estabelecidos na LC 123/2006 e que no ano-calendário da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.5.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.5.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.5.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.5.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5.5. Impedidos de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.5.6. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.5.7. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.5.8. O impedimento de que trata o item 4.3.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5.9. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao

tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.6.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.6.7. declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.6.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.9. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, o qual será convocado em campo próprio do sistema.

5.9. Após convocação via sistema, o licitante melhor classificado **terá o prazo de até 30 (trinta) minutos** para envio dos documentos de habilitação.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Descrição detalhada dos produtos;

6.1.3. Marca dos produtos;

6.1.4. Catálogo ou descritos.

6.1.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. *O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,01 (UM CENTAVO).*

7.9. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa "aberto-fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, seguidos de etapa fechada, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

7.10. A etapa de lances da sessão pública, em modo aberto, terá duração de dez minutos, prorrogando-se automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período.

7.11. A prorrogação automática da etapa aberta será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Encerrada a etapa aberta, será iniciada automaticamente a etapa fechada, em que os licitantes que permanecerem em disputa poderão apresentar um único lance final e sigiloso, no prazo de cinco minutos, sendo o seu conteúdo conhecido somente após o encerramento.

7.13. Não havendo lances na etapa fechada, prevalecerá o último lance válido ofertado na etapa aberta.

7.14. *Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.*

7.15. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.15.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.15.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.15.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento específico;

7.15.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.16. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.16.1. empresas estabelecidas no território no território do Estado em que este se localize;

7.16.2. empresas brasileiras;

7.16.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.16.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.17. As regras previstas no item 7.14 desta cláusula não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, http://www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 02 (DUAS) HORAS, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.3. **Também será considerada a proposta final gerada e enviada pelo sistema Compras Públicas.**

7.27.4. **O prazo estipulado no item 7.27.2 poderá ser renovado à critério do Pregoeiro.**

7.27.5. **O não cumprimento do disposto no item 7.27.2, enseja a desclassificação da licitante do certame.**

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, se for o caso, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do

preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no Decreto Municipal nº 149/2022, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital,

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

8.3.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 8.3.1, só será considerada após diligência do agente de contratação/Pregoeiro, que comprove:

8.3.1.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e;

8.3.1.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no prazo de 30 (TRINTA) MINUTOS sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características dos produtos ofertados, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.3. *Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 72 (setenta e duas horas) contados da solicitação.*

8.6.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.6.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de

amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.6.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.6.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.6.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a análise e aceitação da proposta de preço, o licitante melhor classificado será convocado via chat para apresentar os documentos de habilitação no prazo de até 30 (trinta) minutos, os quais deverão ser enviados via sistema Compras Públicas.

9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.3. Possuir Cadastro do Portal de Compras Publicas;

9.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
9.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0
9.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
9.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
9.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
9.10. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
9.11. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
9.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
9.13. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica-financeira e habilitação técnica.
9.14. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
9.15. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 30 (TRINTA) MINUTOS, sob pena de inabilitação.
9.16. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
9.17. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
9.18. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
9.19. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
9.20. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.21. **Das Declarações:**

9.21.1. A contratada deverá declarar que:
9.21.1.1. Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de

dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;

9.21.1.2. Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.21.1.3. Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos;

9.21.1.4. Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação;

9.21.1.5. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

9.21.1.6. Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

9.21.1.7. Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;

9.21.1.8. Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

9.21.2. As declarações acima mencionadas serão apresentadas através do sistema Compras Públicas, devendo as licitantes assinalarem os campos respectivos no sistema.

9.22. **Relativa habilitação jurídica**

9.22.1. **Pessoa Jurídica**

9.22.1.1. As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

9.22.1.2. As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

9.22.1.3. As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

9.22.1.4. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.22.1.5. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social

em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

9.23. **Relativos a regularidade fiscal, social e trabalhista**

9.23.1. **Pessoa Jurídica**

9.23.1.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.23.1.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.23.1.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.23.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.23.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

9.23.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

9.24. **Relativos à capacidade econômico-financeira**

9.24.1. Pessoa Jurídica

9.24.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

9.25. **Relativos à capacidade técnica;**

9.25.1. **Pessoa jurídica**

9.25.1.1. Pelo menos um atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação**.**

9.25.1.2. Alvará sanitário ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária;

9.25.1. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do fabricante ou envazador;

9.25.1.1.

9.25.1.2. Comprovação dos registros dos produtos ou da notificação ou da dispensa do registro no Ministério da Saúde/ANVISA, devendo constar a validade (dia/mês/ano) por meio de:

9.25.1.2.1. Cópia do registro no Ministério de Saúde publicado no D.O.U, grifando o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da ANVISA;

9.25.1.2.2. Cópia da declaração de Notificação da Dispensa ou do certificado de dispensa do registro do produto emitido pela ANVISA. Ficará a cargo do licitante, provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da ANVISA.

9.26. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.26.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.27. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.28. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.29. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.30. Havendo erros, falhas ou omissões dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar através da abertura de diligência, desde que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.31. A vedação à inclusão de novo documento, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro (Acórdão 1211/2021-Plenário TCU).

9.32. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.33. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.34. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (DUAS) HORAS a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.3. **Também será considerada a proposta final gerada e enviada pelo sistema Compras Públicas.**

10.1.4. **O prazo estipulado no item 10.1 poderá ser renovado mais de uma vez à critério do Pregoeiro.**

10.1.5. **O não cumprimento do disposto no item 10.1 enseja a desclassificação da licitante do certame.**

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Cabe recurso em face de:

11.1.1. julgamento das propostas;

11.1.2. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

11.1.3. anulação ou revogação da licitação

11.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

11.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

11.2.2. A apreciação se dará em fase única.

11.2.3. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

11.2.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.2.5. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

11.2.6. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.2.7. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

11.2.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

11.2.9. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.2.10. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. 16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. 16.2.1.Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 105 e 107, da Lei 14.133/2021.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. As regras acerca das sanções são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
21.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.
21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
21.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
21.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
21.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
21.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

21.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Não será permitida a subcontratação.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Boa Ventura.
23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ETP;

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO;

Boa Ventura - PB, 02 de outubro de 2025.

KAMILLA LOPES VITAL MARTINS DA COSTA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Requisitante

ANEXO I – ETP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

NECESSIDADE DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA-PB.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Cumpre esclarecer que tal aquisição ocupa papel de destaque dentro da Secretaria Municipal de Saúde, vez que o objeto se trata de insumos imprescindíveis para a promoção de ações e serviços voltados ao cumprimento do dever Estatal de garantir aos munícipes o direito à saúde e princípio fundamental da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

A maioria das intervenções em saúde envolve o uso de materiais odontológicos, podendo ser determinante para obtenção de resultados favorável para os pacientes atendidos nas Unidades de Saúde gerenciadas pela Secretaria de Saúde, é imperativo a formação de estoque de segurança, bem como, viabilizar a manutenção das unidades referidas nessa justificativa.

De tal modo, o objeto que se pretende licitar é imprescindível para a qualidade e excelência dos serviços ofertados aos usuários do SUS, sem o qual, minimamente os PSF's não conseguem operacionalizar atendimentos aos usuários.

Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar (ETP), que serve essencialmente para assegurar a viabilidade da contratação além de levantar elementos essenciais que subsidiarão a elaboração do Termo de Referência.

3. DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A ausência do Plano Anual de Contratações (PAC) no estudo técnico preliminar justifica- se em razão de fatores excepcionais que inviabilizaram sua elaboração dentro do prazo regulamentar. O município de Boa Ventura– PB está em fase de adaptação às novas exigências da Lei 14.133/2021, que introduziu a obrigatoriedade do PAC como ferramenta de planejamento prévio das contratações. No entanto, devido à limitação de recursos técnicos e humanos, a estruturação completa desse plano não foi possível para o exercício atual.

4. ÁREA REQUISITANTE

A presente demanda está sendo solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Boa Ventura – PB, sob responsabilidade do Ilustríssima Secretário(a) Municipal de Saúde, o(a) Senhor(a) KAMILLA LOPES VITAL MARTINS DA COSTA.

5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1. Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas:

a) Não foram encontradas novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

5.2. Realização de audiência e/ou consulta pública para coleta de contribuições:

a) Trata-se da aquisição de bens do tipo comum, a serem contratados pela Administração não necessitando da realização de audiência ou consulta pública para coleta de outras informações, pois o mercado é apto a regular os produtos.

5.3. Das opções existentes no mercado:

No levantamento de mercado foram identificadas diferentes formas de atendimento da demanda, tais como: (i) aquisição direta e integral de todos os materiais e equipamentos odontológicos em uma única licitação; (ii) locação ou fornecimento indireto de insumos por meio de contratação de clínicas especializadas; (iii) adesão a atas de registro de preços já existentes em outros entes; e (iv) aquisição parcelada, em lotes ou itens separados, dos materiais odontológicos conforme necessidade e disponibilidade orçamentária.

Após a análise das alternativas, verificou-se que a aquisição parcelada de materiais odontológicos mostra-se a mais vantajosa para a Administração, pois possibilita: maior competitividade entre fornecedores, redução de riscos de desabastecimento, melhor adequação do fluxo orçamentário e financeiro, além de permitir que os itens sejam adquiridos de acordo com a real demanda de cada período, evitando desperdícios e garantindo maior economicidade. Dessa forma, a solução escolhida é a aquisição parcelada, mediante processo licitatório adequado, com previsão de contratação por itens e/ou lotes, de modo a assegurar ampla participação do mercado e atendimento eficiente às necessidades da Secretaria de Saúde do município.

5.4. Consulta de mercado:

Para uma análise abrangente da solução proposta para a demanda, realizamos uma consulta detalhada, a pesquisa de preços foi realizada por meio da Plataforma Banco de Preços, ferramenta oficial utilizada para obtenção de valores médios praticados no mercado, assegurando maior confiabilidade e transparência na formação da estimativa de custos.:

1. PLATAFORMA DO BANCO DE PREÇOS

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos técnicos

- Todos os materiais e equipamentos devem possuir registro e/ou certificação dos órgãos competentes (ex.: ANVISA, INMETRO, ABNT), quando aplicável;
- Conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais vigentes para produtos odontológicos;
- Equipamentos fabricados em aço inoxidável ou materiais resistentes à esterilização em autoclave, garantindo durabilidade e biossegurança;
- Fornecimento acompanhado de manuais técnicos em português, incluindo instruções de uso e manutenção;
- Garantia mínima de 12 meses para materiais permanentes e 24 meses para equipamentos de maior complexidade (ex.: fotopolimerizadores, aspiradores cirúrgicos);
- Assistência técnica credenciada no território nacional, com prazo de atendimento máximo de 72h após abertura de chamado.

Requisitos temporais

- Prazo máximo de entrega: até 10 dias corridos após a assinatura do contrato;
- Instalação e testes de funcionamento dos equipamentos permanentes em até 10 dias úteis após a entrega;
- Substituição de itens defeituosos ou avariados em até 7 dias corridos, sem ônus para a Administração;
- Garantia de fornecimento contínuo dos itens de consumo durante toda a vigência contratual.

Requisitos gerais

- A entrega deve ocorrer no almoxarifado central da Secretaria de Saúde ou nas UBS indicadas, em dias úteis e em horário comercial;
- Os produtos devem ser entregues em embalagens originais de fábrica, invioladas, com informações sobre lote, validade, data de fabricação e instruções de conservação;
- Todos os insumos devem possuir validade mínima de 12 meses contados da data de entrega;
- O transporte e descarregamento são de inteira responsabilidade do fornecedor;
- Observância à legislação vigente de saúde, segurança do trabalho, meio ambiente e às diretrizes da vigilância sanitária.

Requisitos especiais

- Treinamento presencial e/ou remoto da equipe de saúde bucal para uso adequado dos equipamentos adquiridos, quando aplicável;
- Apresentação de certificado de calibração ou teste de qualidade dos equipamentos de diagnóstico e esterilização;
- Fornecimento de peças sobressalentes ou kits de manutenção inicial, quando se tratar de equipamentos de uso contínuo;
- Compromisso do fornecedor em dar suporte técnico por, no mínimo, 5 anos após a aquisição, no caso de equipamentos de maior porte;
- Adoção de práticas de sustentabilidade, incluindo descarte ambientalmente adequado das embalagens e logística reversa para resíduos quando cabível.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após o levantamento de mercado concluímos que a solução é: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA-PB, conforme especificações e quantitativos abaixo:**

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	QUANT.	UND
1.	**ABRIDOR DE BOCA SILICONE AUTOCLAVAVEL INFANTIL:** FABRICADO EM 100% SILICONE. ABRIDOR DE BOCA AUTOCLAVÁVEL À 134ºC POR 30 MINUTOS.	15	UND
2.	**ACIDO GEL: DESCRIÇÃO:** CONTEUDO 2,5ML. GEL/LIQUIDO VISCOSO DE COR AZUL CONTENDO ACIDO FOSFORICO A 37% E 2% DE CLORETO DE BENZALCONIO PARA CONDICIONAMENTO ACIDO EM ESMALTE E DA SUPERFICIE DA DENTINA ANTES DE APLICAR O ADESIVO NA RESTAURAÇÃO **PACOTE COM 3 UNIDADES.**	60	PCT
3.	**ADESIVO MAGIC BONDER DESCRIÇÃO:** CONTEUDO 4ML OU 5ML. AGENTE DE UNIÃO FOTOPOLIMERIZAVEL E MONOCOMPONENTE PARA ESMALTE E DENTINA, COMPATIVEL COM TODOS OS MATERIAIS RESTAURADORES.	50	UND
4.	AFASTADOR LABIAL EXPANDEX ADULTO	15	UND
5.	AFASTADOR LABIAL EXPANDEX INFANTIL	15	
6.	**ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES,** EMBALAGEM COM 1 LITRO, PRINCIPIO ATIVO: PEROXIDO DE HIDROGÊNIO 3%	30	UND
7.	**AGULHA PARA IRRIGAÇÃO SAÍDA LATERAL DESCRIÇÃO:** ENCAIXE UNIVERSAL NAS SERINGAS TIPO: LUER SLIP E LUER LOCK. CÂNULA DE 27X25MM DE COMPRIMENTO. UTILIZAÇÃO FÁCIL.	40	UND
8.	**ALAVANCA HEIDBRINK KIT COM 03 UNID:** INDICADA PARA AUXILIAR EM CIRURGIAS DE EXTRAÇÃO DENTÁRIA. AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL.	20	UND
9.	**APARELHO ASPIRADOR DE SECREÇÃO:** O ASPIRADOR CIRÚRGICO É UM APARELHO ELETROMECÂNICO QUE	04	UND

	POSSUI COMO ELEMENTO PRINCIPAL UMA BOMBA DE VÁCUO COM ACIONAMENTO ELÉTRICO, ACOPLADA A DISPOSITIVOS MECÂNICOS, QUE EM FUNCIONAMENTO PERMITE GERAR UMA PRESSÃO NEGATIVA PROPORCIONANDO A FORMAÇÃO DE VÁCUO NO INTERIOR DE UM RECIPIENTE, CONECTADO A UM TUBO DE SUCÇÃO E A ENTRADA DA BOMBA DE VÁCUO. QUANDO A BOMBA DE VÁCUO É LIGADA, O AR É RETIRADO DO INTERIOR DO RECIPIENTE, PERMITINDO QUE O LÍQUIDO/SECREÇÃO QUE SE DESEJA ASPIRAR ENTRE PELO TUBO DE SUCÇÃO E SEJA ARMAZENADO.		
10.	**AVENTAL HOSPITALAR TNT:** AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA TNT 30G - 10U - M - CAPOTE DESCARTÁVEL	150	PCT
11.	**BROCA CARBIDE CIRÚRGICA CÔNICA DE CORTE CRUZADO FG DENTAL N702 - PRIMA DENTAL BY ANGELUS UNIDADE. ALTA ROTAÇÃO. 25MM.**	20	UND
12.	**BROCA CARBIDE CIRÚRGICA ESFÉRICA**, DE ALTA ROTAÇÃO, CONFECCIONADA EM CARBETO DE TUNGSTÊNIO DE ALTA RESISTÊNCIA, HASTE PADRÃO FG, COMPRIMENTO 25 MM, ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE, EMBALAGEM INDIVIDUAL.	20	UND
13.	**BROCA CIRUGICA N°702**: MATERIAL E AÇO. ESTERILIZAVEL EMBALAGEM CONTENTO 1 UNIDADE	30	UND
14.	**CHAVE UNIVERSAL PONTA ULTRASSOM: CHAVE DE TORQUE DO INSERTO ULTRASSÔNICO.**	08	UND
15.	**CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO:** À BASE DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO. ENDURECÍVEL E RÍGIDA. RADIOPACO.SISTEMA PASTA-PASTA.	30	UND
16.	**CLOREXIDINA A 0,12 % COM 1000 ML. DESCRIÇÃO**: AJUDA A ELIMINAR OS GERMES QUE CAUSAM GENGIVITE, PLACA BACTERIANA E MAU HÁLITO. ATÉ 54% MENOS PLACA BACTERIANA.REDUZ ATÉ 99% DAS BACTÉRIAS NA BOCA	30	UND
17.	**CLOREXIDINA A 2 % DESCRIÇÃO:** AMPLO ESPECTRO DE AÇÃO: EFICAZ CONTRA BACTÉRIAS GRAM-POSITIVAS E GRAM-NEGATIVAS. MAIS EFICAZ NA REDUÇÃO MICROBIANA. PROCEDIMENTO MAIS SEGURO. BAIXA TOXICIDADE. BIODEGRADÁVEL, NÃO PREJUDICA O MEIO AMBIENTE. TAMPA TWIST OFF.	30	UND
18.	**COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTES COM 7 LITROS:** COMPOSTO DE PAPEL RESISTENTE E SACO PLÁSTICO RESISTENTE. POSSUI ALÇA DUPLA PARA TRANSPORTE.CONTRA-TRAVA DE SEGURANÇA.PRODUZIDO DE ACORDO COM O NBR 13853.POSSUI DESCONECTOR DE AGULHAS.	60	UND
19.	**COLGADURA INDIVIDUAL:** INDICADO PARA PRENDER E (OU) PENDURAR FILMES RADIOGRÁFICOS**.**	20	UND
20.	**CURETA DE DENTINA 11 - 12:** EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDAVEL, DESCRIÇÃO PONTIAGUDA E A PARTE ATIVA CORTA DOS DOIS LADOS.	20	UND
21.	**CURETA DE DENTINA 13 - 14:** EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDAVEL, DESCRIÇÃO PONTIAGUDA E A PARTE ATIVA CORTA DOS DOIS LADOS.	20	UND
22.	**CURETA DE DENTINA 5 -6:** EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDAVEL, DESCRIÇÃO PONTIAGUDA E A PARTE ATIVA CORTA DOS DOIS LADOS.	20	UND
23.	**CURETA DE DENTINA 7 - 8:** EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDAVEL, DESCRIÇÃO PONTIAGUDA E A PARTE ATIVA CORTA DOS DOIS LADOS.	20	UND
24.	**CURETA MOLT 2/4 SOFT: MODELO:** CURETA MOLT 2/4 SOFT. DESCOLADOR MOLT 2-4. AÇO INOXIDÁVEL MARTENSÍTICO SÉRIE 400. INSTRUMENTO AUTOCLAVÁVEL. CURETA, RASPADORES.	15	UND
25.	**DESINFETANTE GERMICIDAL 1 LITRO:** O GERMICIDAL DESTINA-SE A DESINFECÇÃO DE ARTIGOS E SUPERFÍCIES. GRAU DE DESINFECÇÃO DE 100%.	40	LT

26.	**EMBALAGEM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ALTO BRILHO PP TAMANHOS (20 X 30)**	20	UND
27.	**ESCOVA DE ROBSON DESCRIÇÃO:** CONTRA ÂNGULO, FORMATO CONICO, NYLON BRANCO, INDICADA PARA PRÉ POLIMENTO DE RESINA;	150	UND
28.	**ESPATULA PARA INSERÇÃO DE RESINA TITÂNIO** INSTRUMENTO UTILIZADO PARA COLOCAÇÃO CONDENSAÇÃO E ESCULTURA/SULCO DE COMPOSITOS.FABRICADA EM AÇO INOX COM PONTA ATIVA BANHADA EM NITRETO DE TITÂNIO. MATERIAL EM AÇO INOX, AUTOCLAVE, EMBALAGEM CONTENDO 1 UNIDADE.	30	UND
29.	**ESPONJA HEMOSTATICA, PACOTE COM 10 UNIDESDES;** INDICADA NA CIRURGIA DEVIDO AO SEU GRANDE PODER HEMOSTATICO E CICATRIZANTE. É UMA ESPONJA HEMOSTATICA, OBTIDA DE GELATINA LIOFILIZADA DE ORIGEM PORCINA.COMPLETAMENTE REABSORVIVEL PELO ORGANISMO. DIMENSOES: 1CMX1CM. ESTERILIZADO POR IRRADIAÇÃO.	70	PCT
30.	**EUGENOL EMBALAGEM COM 20ML:** MATERIAL ODONTOLOGICO. LIQUIDO DE USO UNIVERSAL PARA PREPARAÇÃO DE CIMENTO E PASTAS.	30	UND
31.	**FICHA PARA RAIO X 2 FUROS: UTILIZADO PARA ARMAZENAR E FACILITAR A VISUALIZAÇÃO DE FILMES DE RAIO-X.**	30	PCT
32.	**FILME RADIOGRÁFICO ADULTO** – CAIXA COM 150 UNIDADES	10	UND
33.	**FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL** – CAIXA COM 100 UNIDADES	10	UND
34.	**FIXADOR DE 500ML,** UTILIZADO PARA FIXAÇÃO DA IMAGEM REVELADA NA PELICULA RADIOGRAFICA.	40	UND
35.	**FLUOR GEL**- 1 FRASCO COM 200ML, SABOR TUTIFRUTA	50	UND
36.	**FORCEPS ADULTO N° 18 R DESCRIÇÃO:** EMBALAGEM COM 1 UNIDADE, ALTAMENTE RESISTENTES E RIGIDOS FRENTE A TENSÃO E FORÇA, AÇO INOX AUTOCLAVAVEL	04	UND
37.	FOTOPOLIMERIZADOR	05	UND
38.	**GRAMPO N° 206 DESCRIÇÃO:** UTILIZADO EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS COM A FINALIDADE DE PRENDER O LENÇOL DE ISOLAMENTO, PROPORCIONANDO, DESTA FORMA, MELHOR FOCO DA ÁREA A SER EXAMINADA PELO PROFISSIONAL. PRODUTO A BASE DE AÇO INOXIDÁVEL.	10	UND
39.	**GRAMPO N° 208 DESCRIÇÃO:** UTILIZADO EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS COM A FINALIDADE DE PRENDER O LENÇOL DE ISOLAMENTO, PROPORCIONANDO, DESTA FORMA, MELHOR FOCO DA ÁREA A SER EXAMINADA PELO PROFISSIONAL. PRODUTO A BASE DE AÇO INOXIDÁVEL.	10	UND
40.	**GUTA PERCHA PROTAPER UNIVERSAL PARA SISTEMA ROTATÓRIO MAILLEFER (F4 E F5) DESCRIÇÃO:** COMPOSTA POR MATÉRIAS PRIMAS SELECIONADAS. RADIOPACO. MESMA CONICIDADES E CALIBRE DOS INSTRUMENTOS DE ACABAMENTO SÉRIE F DAS LIMAS ROTATÓRIAS PROTAPER UNIVERSAL.COM 60 UNIDADES.	10	CX
41.	**HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5% SODA CLORADA DESCRIÇÃO:** SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 2,5%. FRASCO COM 1 LITRO.	20	UND
42.	**KIT PAPEL CARBONO** PARA ARTICULAÇÃO: MARCA MESMO EM SUPERFÍCIE ÚMIDA (COM SALIVA). PRESSÃO FORTE: MARCAÇÃO ESCURA. PRESSÃO FRACA: MARCAÇÃO CLARA.	30	UND
43.	**LIMA ENDODÔNTICA PARA USO MANUAL**, CONFECCIONADA EM LIGA DE NÍQUEL-TITÂNIO (NITI), PONTA INATIVA, CONICIDADE MÍNIMA .02, DIÂMETRO CONFORME SEQUÊNCIA INDICADA, COMPRIMENTO PADRÃO 21 MM OU 31 MM, ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. APRESENTAÇÃO EM CONJUNTO DE SEQUÊNCIA COMPLETA.	05	CX

44.	**LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS, SÉRIE 15 A 40**, CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL OU NITI DE ALTA QUALIDADE, PONTA INATIVA, CONICIDADE MÍNIMA .02, COMPRIMENTO 31 MM, ESTERILIZÁVEIS EM AUTOCLAVE. EMBALAGEM COM CONJUNTO DE CALIBRES COMPLETOS DA SÉRIE.	10	CX
45.	**LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS, SÉRIE 45 A 80**, CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL OU NITI DE ALTA QUALIDADE, PONTA INATIVA, CONICIDADE MÍNIMA .02, COMPRIMENTO 21 MM, ESTERILIZÁVEIS EM AUTOCLAVE. EMBALAGEM COM CONJUNTO DE CALIBRES COMPLETOS DA SÉRIE.	10	CX
46.	**LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS, SÉRIE 45 A 80**, CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL OU NITI DE ALTA QUALIDADE, PONTA INATIVA, CONICIDADE MÍNIMA .02, COMPRIMENTO 31 MM, ESTERILIZÁVEIS EM AUTOCLAVE. EMBALAGEM COM CONJUNTO DE CALIBRES COMPLETOS DA SÉRIE.	10	CX
47.	**LIMAS SERIE ESPECIAL N°10 TAMANHO 25 DESCRIÇÃO:** FABRICADA EM AÇO INOX 18-8 COM FIBRA REFORÇADA. OFERECE MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E MANTÉM SUA GRANDE FLEXIBILIDADE DEVIDO SUA FORMA DE CONFECÇÃO. SÉRIE: ESPECIAL. AUTOCLAVÁVEL A 135º GRAUS E 180º EM ESTUFA.	10	CX
48.	**LIMAS SERIE ESPECIAL N°10 TAMANHO 31 DESCRIÇÃO:** FABRICADA EM AÇO INOX 18-8 COM FIBRA REFORÇADA. OFERECE MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E MANTÉM SUA GRANDE FLEXIBILIDADE DEVIDO SUA FORMA DE CONFECÇÃO. SÉRIE: ESPECIAL. AUTOCLAVÁVEL A 135º GRAUS E 180º EM ESTUFA.	10	CX
49.	**LIMAS SERIE ESPECIAL N°15 TAMANHO 25 DESCRIÇÃO:** FABRICADA EM AÇO INOX 18-8 COM FIBRA REFORÇADA. OFERECE MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E MANTÉM SUA GRANDE FLEXIBILIDADE DEVIDO SUA FORMA DE CONFECÇÃO. **SÉRIE: ESPECIAL. AUTOCLAVÁVEL A 135º GRAUS E 180º EM ESTUFA.**	10	CX
50.	**LIMAS SERIE ESPECIAL N°15 TAMANHO 31 DESCRIÇÃO:** FABRICADA EM AÇO INOX 18-8 COM FIBRA REFORÇADA. OFERECE MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E MANTÉM SUA GRANDE FLEXIBILIDADE DEVIDO SUA FORMA DE CONFECÇÃO.SÉRIE: ESPECIAL. AUTOCLAVÁVEL A 135º GRAUS E 180º EM ESTUFA.	10	CX
51.	**LIMAS SERIE ESPECIAL N°8 TAMANHO 25 DESCRIÇÃO:** FABRICADA EM AÇO INOX 18-8 COM FIBRA REFORÇADA. OFERECE MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E MANTÉM SUA GRANDE FLEXIBILIDADE DEVIDO SUA FORMA DE CONFECÇÃO. **SÉRIE: ESPECIAL. AUTOCLAVÁVEL A 135º GRAUS E 180º EM ESTUFA.**	10	UND
52.	**LUVA DE SEGURANÇA CONFORT LÁTEX DANNY COM FORRO PARA LIMPEZA DA-299 CA 15532**	20	UND
53.	**MOLDEIRA DUPLA PARA FLÚOR DESCARTÁVEL:** PRECISÃO NA MANIPULAÇÃO E APLICAÇÃO. ENCAIXE UNIVERSAL, EXCELENTE QUALIDADE	35	PCT
54.	**ÓCULOS DE PROTEÇÃO DESCRIÇÃO:** LENTE INCOLOR DE POLICARBONATO. PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA/UVB.	50	UND
55.	**PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO COM 12 UNIDADES:** MARCA MESMO EM SUPERFÍCIE ÚMIDA (COM SALIVA). PRESSÃO FORTE: MARCAÇÃO ESCURA. PRESSÃO FRACA: MARCAÇÃO CLARA.	30	PCT
56.	**PEDRA PARA AFIAR GOIVA 152:** PEDRA PARA AFIAR CURETAS GOIVA. DISPONÍVEL NA COR BRANCA (FINA). FABRICADO NOS PADRÕES DE QUALIDADE INTERNACIONAL.	10	UND
57.	**PINÇA CLINICA:** UTILIZADO COM AUXILIAR EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS, ONDE SE FAZ NECESSARIO O USO DE PINÇA	20	UND
58.	**PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA DESCRIÇÃO:** DIÂMETRO 12CM. AÇO INOXIDAVEL	12	UND

59.	**PINÇA KELLY RETA DESCRIÇÃO:** DIÂMETRO 12CM. AÇO INOXIDAVEL	12	UND
60.	**PLACA DE VIDRO LISA DESCRIÇÃO:** INDICADA PARA A ESPATULAÇÃO DE MATERIAIS. MEDIDAS: 14CM X 8CM (L X C)	10	UND
61.	**PORTA AMALGAMA DE AÇO PARA INSERÇÃO DO AMALGAMA NA CAVIDADE**	10	UND
62.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA A1 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
63.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA A2 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
64.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA A3 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
65.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA A3,5 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
66.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA B2 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
67.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA C2 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
68.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE A1 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
69.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE A2 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE	50	UND

	CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.		
70.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE A3 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
71.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE A3,5 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
72.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE B1 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
73.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE B2 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
74.	**REVELADOR DE 500ML,** UTILIZADO PARA FIXAÇÃO DA IMAGEM REVELADA NA PELICULA RADIOGRAFICA.	40	UND
75.	**REVELADOR PARA RAIOS-X** – FRASCO COM 500 ML.	20	UND
76.	**ROLO BOBINA PLÁSTICO FILME PVC 28CM X 300 METROS**	10	UND
77.	**SACO PLÁSTICO SACOLÉ – SEGPLAST EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. 5CM X 23CM.**	10	UND
78.	**SELANTE DE SUPERFICIE CICATRICULAS E FISSURAS:** EMBALAGEM COM 3ML. SELANTE DE SUPERFICIE COM FORMULAÇÃO RESINOSA BAIXA VISCOSSIDADE.	25	UND
79.	**SUGADOR CIRÚRGICO** – CAIXA COM 20 UNIDADES	40	UND
80.	**SUGADOR ENDODÔNTICO** – PACOTE COM 03 AGULHAS	40	UND
81.	**TAMBOREL DE ALUMÍNIO AUTOCLAVÁVEL DESCRIÇÃO:** ESTERILIZÁVEL EM AU TOCLAVE OU EM ESTUFA. REFIL DESCARTÁVEL E SUBSTITUÍVEL**.**	10	UND
82.	**TESOUTA IRIS RETA**: DESCRIÇÃO: DIAMETRO 12CM AÇO INOXIDAVEL	25	UND
83.	**TESTE DE VITALIDADE ENDO ICE SPRAY:** POSSUI ODOR MENTOLADO. SPRAY ENDO ICE À BASE DE ÁGUA, RESFRIAMENTO DE -50 ºC. PROPORCIONA UM DIAGNÓSTICO PRECISO E CONFIÁVEL. EFICÁCIA NO DIAGNÓSTICO PARA TRATAMENTOS ENDODÔNTICOS. SOLUÇÃO PARA TESTE DE VITALIDADE PULPAR.	10	UND

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades foi realizada com base nos quantitativos adquiridos e consumidos nos anos anteriores, ajustados às necessidades atuais e às metas de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde. Para tanto, foram considerados os registros de consumo médio anual das Unidades Básicas de Saúde do município, bem como a ampliação prevista da cobertura dos serviços odontológicos.
Assim, os itens e quantidades constantes na Consulta de Preços representam a média projetada de consumo para o período de 2025/2026, assegurando que não haja desabastecimento nem excesso de estoque. Essa metodologia confere maior precisão ao planejamento, pois reflete a demanda real já observada, permitindo adequar o processo licitatório à realidade de consumo e atendimento do município.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi apurada com base no levantamento de preços realizado no Banco de Preços, considerando a média aritmética dos valores coletados, conforme preconiza a legislação vigente (IN nº 65/2021). O relatório consolidado de cotações resultou no valor global de **ORÇAMENTO SIGILOSO**.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação será realizada de forma parcelada por item, tendo em vista a diversidade de materiais e equipamentos odontológicos necessários. Cada item possui características técnicas, especificações de uso e fornecedores distintos, o que justifica o fracionamento para assegurar a ampla competitividade, evitar a concentração em um único fornecedor e possibilitar melhores condições de preço.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação pretendida, busca-se ampliar a cobertura dos serviços de saúde bucal ofertados pelo município, assegurando a reposição de materiais e a disponibilização de equipamentos em condições adequadas de uso, o que permitirá maior resolutividade das equipes odontológicas nas Unidades Básicas de Saúde. Espera-se, ainda, a redução significativa das filas de espera por atendimento odontológico, a garantia de padrões adequados de biossegurança e esterilização, a melhoria da satisfação dos usuários em relação ao serviço prestado e a otimização da aplicação dos recursos públicos, promovendo economicidade e eficiência. Dessa forma, o resultado esperado é a consolidação de um atendimento odontológico de qualidade, acessível e contínuo, que contribua diretamente para a efetivação do direito fundamental à saúde da população de Boa Ventura-PB.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para presente contratação não existe providências a serem adotadas previamente a celebração do contrato.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de materiais e equipamentos odontológicos pode gerar impactos ambientais relevantes, sobretudo relacionados ao descarte de resíduos perfurocortantes e biológicos produzidos durante os atendimentos, ao acúmulo de embalagens plásticas e de papel provenientes dos insumos adquiridos, ao uso de produtos químicos como desinfetantes, clorexidina e reveladores radiográficos, que, se descartados de forma inadequada, oferecem risco de contaminação ao meio ambiente, bem como ao descarte futuro de equipamentos eletroeletrônicos ao final de sua vida útil, com possibilidade de poluição do solo e da água. Além disso, deve-se considerar o impacto do consumo de energia elétrica gerado pelo funcionamento contínuo de compressores, fotopolimerizadores e outros aparelhos. Para mitigar esses efeitos, recomenda-se exigir dos fornecedores práticas de logística reversa, contratar serviços especializados e licenciados para coleta e destinação final dos resíduos de saúde, priorizar a aquisição de produtos em embalagens recicláveis, capacitar as equipes para o manejo e descarte adequados dos insumos, optar por equipamentos com selo de eficiência energética e incluir, nos contratos, cláusulas que orientem sobre o descarte ambientalmente correto.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação de materiais e equipamentos odontológicos para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Boa Ventura-PB mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, econômico, jurídico e ambiental. Do ponto de vista técnico, os itens especificados atendem às normas de qualidade e biossegurança exigidas, assegurando que os profissionais de saúde bucal disponham de recursos adequados para o desempenho de suas atividades. No aspecto econômico, a estimativa de valores foi realizada com base em pesquisa de mercado por meio da Plataforma Banco de Preços, resultando em valor compatível com a realidade do setor e garantindo a economicidade da contratação. Sob a ótica jurídica, a contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 e demais legislações correlatas, cumprindo os requisitos legais para sua formalização. Finalmente, quanto à dimensão ambiental, foram previstas medidas mitigadoras para os impactos identificados, especialmente no que se refere ao descarte de resíduos de saúde e ao consumo energético. Assim, conclui-se que a contratação é viável e adequada para atender ao interesse público, contribuindo para a continuidade e melhoria dos serviços de saúde bucal no município.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA-PB., conforme especificações e quantitativos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	QUANT.	UND
1	**ABRIDOR DE BOCA SILICONE AUTOCLAVAVEL INFANTIL:** FABRICADO EM 100% SILICONE. ABRIDOR DE BOCA AUTOCLAVÁVEL À 134ºC POR 30 MINUTOS.	15	UND
2.	**ACIDO GEL: DESCRIÇÃO:** CONTEUDO 2,5ML. GEL/LIQUIDO VISCOSO DE COR AZUL CONTENDO ACIDO FOSFORICO A 37% E 2% DE CLORETO DE BENZALCONIO PARA CONDICIONAMENTO ACIDO EM ESMALTE E DA SUPERFICIE DA DENTINA ANTES DE APLICAR O ADESIVO NA RESTAURAÇÃO **PACOTE COM 3 UNIDADES.**	60	PCT
3.	**ADESIVO MAGIC BONDER DESCRIÇÃO:** CONTEUDO 4ML OU 5ML. AGENTE DE UNIÃO FOTOPOLIMERIZAVEL E MONOCOMPONENTE PARA ESMALTE E DENTINA, COMPATIVEL COM TODOS OS MATERIAIS RESTAURADORES.	50	UND
4.	AFASTADOR LABIAL EXPANDEX ADULTO	15	UND
5.	AFASTADOR LABIAL EXPANDEX INFANTIL	15	
6.	**ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES,** EMBALAGEM COM 1 LITRO, PRINCIPIO ATIVO: PEROXIDO DE HIDROGÊNIO 3%	30	UND
7.	**AGULHA PARA IRRIGAÇÃO SAÍDA LATERAL DESCRIÇÃO:** ENCAIXE UNIVERSAL NAS SERINGAS TIPO: LUER SLIP E LUER LOCK. CÂNULA DE 27X25MM DE COMPRIMENTO. UTILIZAÇÃO FÁCIL.	40	UND
8.	**ALAVANCA HEIDBRINK KIT COM 03 UNID:** INDICADA PARA AUXILIAR EM CIRURGIAS DE EXTRAÇÃO DENTÁRIA. AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL.	20	UND
9.	**APARELHO ASPIRADOR DE SECREÇÃO:** O ASPIRADOR CIRÚRGICO É UM APARELHO ELETROMECÂNICO QUE POSSUI COMO ELEMENTO PRINCIPAL UMA BOMBA DE VÁCUO COM ACIONAMENTO ELÉTRICO, ACOPLADA A DISPOSITIVOS MECÂNICOS, QUE EM FUNCIONAMENTO PERMITE GERAR UMA PRESSÃO NEGATIVA PROPORCIONANDO A FORMAÇÃO DE VÁCUO NO INTERIOR DE UM RECIPIENTE, CONECTADO A UM TUBO DE SUCÇÃO E A ENTRADA DA BOMBA DE VÁCUO. QUANDO A BOMBA DE VÁCUO É LIGADA, O AR É RETIRADO DO INTERIOR DO RECIPIENTE, PERMITINDO QUE O LÍQUIDO/SECREÇÃO QUE SE DESEJA ASPIRAR ENTRE PELO TUBO DE SUCÇÃO E SEJA ARMAZENADO.	04	UND
10.	**AVENTAL HOSPITALAR TNT:** AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA TNT 30G - 10U - M - CAPOTE DESCARTÁVEL	150	PCT
11.	**BROCA CARBIDE CIRÚRGICA CÔNICA DE CORTE CRUZADO FG DENTAL N702 - PRIMA DENTAL BY ANGELUS UNIDADE. ALTA ROTAÇÃO. 25MM.**	20	UND
12.	**BROCA CARBIDE CIRÚRGICA ESFÉRICA**, DE ALTA ROTAÇÃO, CONFECCIONADA EM CARBETO DE TUNGSTÊNIO DE ALTA RESISTÊNCIA, HASTE PADRÃO FG, COMPRIMENTO 25 MM,	20	UND

	ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE, EMBALAGEM INDIVIDUAL.		
13.	**BROCA CIRUGICA N°702**: MATERIAL E AÇO. ESTERILIZAVEL EMBALAGEM CONTENTO 1 UNIDADE	30	UND
14.	**CHAVE UNIVERSAL PONTA ULTRASSOM: CHAVE DE TORQUE DO INSERTO ULTRASSÔNICO.**	08	UND
15.	**CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO:** À BASE DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO. ENDURECÍVEL E RÍGIDA. RADIOPACO.SISTEMA PASTA-PASTA.	30	UND
16.	**CLOREXIDINA A 0,12 % COM 1000 ML. DESCRIÇÃO**: AJUDA A ELIMINAR OS GERMES QUE CAUSAM GENGIVITE, PLACA BACTERIANA E MAU HÁLITO. ATÉ 54% MENOS PLACA BACTERIANA.REDUZ ATÉ 99% DAS BACTÉRIAS NA BOCA	30	UND
17.	**CLOREXIDINA A 2 % DESCRIÇÃO:** AMPLO ESPECTRO DE AÇÃO: EFICAZ CONTRA BACTÉRIAS GRAM-POSITIVAS E GRAM-NEGATIVAS. MAIS EFICAZ NA REDUÇÃO MICROBIANA. PROCEDIMENTO MAIS SEGURO. BAIXA TOXICIDADE. BIODEGRADÁVEL, NÃO PREJUDICA O MEIO AMBIENTE. TAMPA TWIST OFF.	30	UND
18.	**COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTES COM 7 LITROS:** COMPOSTO DE PAPEL RESISTENTE E SACO PLÁSTICO RESISTENTE. POSSUI ALÇA DUPLA PARA TRANSPORTE.CONTRA-TRAVA DE SEGURANÇA.PRODUZIDO DE ACORDO COM O NBR 13853.POSSUI DESCONECTOR DE AGULHAS.	60	UND
19.	**COLGADURA INDIVIDUAL:** INDICADO PARA PRENDER E (OU) PENDURAR FILMES RADIOGRÁFICOS**.**	20	UND
20.	**CURETA DE DENTINA 11 - 12:** EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDAVEL, DESCRIÇÃO PONTIAGUDA E A PARTE ATIVA CORTA DOS DOIS LADOS.	20	UND
21.	**CURETA DE DENTINA 13 - 14:** EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDAVEL, DESCRIÇÃO PONTIAGUDA E A PARTE ATIVA CORTA DOS DOIS LADOS.	20	UND
22.	**CURETA DE DENTINA 5 -6:** EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDAVEL, DESCRIÇÃO PONTIAGUDA E A PARTE ATIVA CORTA DOS DOIS LADOS.	20	UND
23.	**CURETA DE DENTINA 7 - 8:** EMBALAGEM COM 1 UNIDADE. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDAVEL, DESCRIÇÃO PONTIAGUDA E A PARTE ATIVA CORTA DOS DOIS LADOS.	20	UND
24.	**CURETA MOLT 2/4 SOFT: MODELO:** CURETA MOLT 2/4 SOFT. DESCOLADOR MOLT 2-4. AÇO INOXIDÁVEL MARTENSÍTICO SÉRIE 400. INSTRUMENTO AUTOCLAVÁVEL. CURETA, RASPADORES.	15	UND
25.	**DESINFETANTE GERMICIDAL 1 LITRO:** O GERMICIDAL DESTINA-SE A DESINFECÇÃO DE ARTIGOS E SUPERFÍCIES. GRAU DE DESINFECÇÃO DE 100%.	40	LT
26.	**EMBALAGEM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ALTO BRILHO PP TAMANHOS (20 X 30)**	20	UND
27.	**ESCOVA DE ROBSON DESCRIÇÃO:** CONTRA ÂNGULO, FORMATO CONICO, NYLON BRANCO, INDICADA PARA PRÉ POLIMENTO DE RESINA;	150	UND
28.	**ESPATULA PARA INSERÇÃO DE RESINA TITÂNIO** INSTRUMENTO UTILIZADO PARA COLOCAÇÃO CONDENSAÇÃO E ESCULTURA/SULCO DE COMPOSITOS.FABRICADA EM AÇO INOX COM PONTA ATIVA BANHADA EM NITRETO DE TITÂNIO. MATERIAL EM AÇO INOX, AUTOCLAVE, EMBALAGEM CONTENDO 1 UNIDADE.	30	UND
29.	**ESPONJA HEMOSTATICA, PACOTE COM 10 UNIDESDES;** INDICADA NA CIRURGIA DEVIDO AO SEU GRANDE PODER HEMOSTATICO E CICATRIZANTE. É UMA ESPONJA HEMOSTATICA, OBTIDA DE GELATINA LIOFILIZADA DE ORIGEM PORCINA.COMPLETAMENTE REABSORVIVEL PELO ORGANISMO. DIMENSOES: 1CMX1CM. ESTERILIZADO POR IRRADIAÇÃO.	70	PCT

30.	**EUGENOL EMBALAGEM COM 20ML:** MATERIAL ODONTOLOGICO. LIQUIDO DE USO UNIVERSAL PARA PREPARAÇÃO DE CIMENTO E PASTAS.	30	UND
31.	**FICHA PARA RAIO X 2 FUROS: UTILIZADO PARA ARMAZENAR E FACILITAR A VISUALIZAÇÃO DE FILMES DE RAIO-X.**	30	PCT
32.	**FILME RADIOGRÁFICO ADULTO** – CAIXA COM 150 UNIDADES	10	UND
33.	**FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL** – CAIXA COM 100 UNIDADES	10	UND
34.	**FIXADOR DE 500ML,** UTILIZADO PARA FIXAÇÃO DA IMAGEM REVELADA NA PELICULA RADIOGRAFICA.	40	UND
35.	**FLUOR GEL**- 1 FRASCO COM 200ML, SABOR TUTIFRUTA	50	UND
36.	**FORCEPS ADULTO N° 18 R DESCRIÇÃO:** EMBALAGEM COM 1 UNIDADE, ALTAMENTE RESISTENTES E RIGIDOS FRENTE A TENSÃO E FORÇA, AÇO INOX AUTOCLAVAVEL	04	UND
37.	FOTOPOLIMERIZADOR	05	UND
38.	**GRAMPO N° 206 DESCRIÇÃO:** UTILIZADO EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS COM A FINALIDADE DE PRENDER O LENÇOL DE ISOLAMENTO, PROPORCIONANDO, DESTA FORMA, MELHOR FOCO DA ÁREA A SER EXAMINADA PELO PROFISSIONAL. PRODUTO A BASE DE AÇO INOXIDÁVEL.	10	UND
39.	**GRAMPO N° 208 DESCRIÇÃO:** UTILIZADO EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS COM A FINALIDADE DE PRENDER O LENÇOL DE ISOLAMENTO, PROPORCIONANDO, DESTA FORMA, MELHOR FOCO DA ÁREA A SER EXAMINADA PELO PROFISSIONAL. PRODUTO A BASE DE AÇO INOXIDÁVEL.	10	UND
40.	**GUTA PERCHA PROTAPER UNIVERSAL PARA SISTEMA ROTATÓRIO MAILLEFER (F4 E F5) DESCRIÇÃO:** COMPOSTA POR MATÉRIAS PRIMAS SELECIONADAS. RADIOPACO. MESMA CONICIDADES E CALIBRE DOS INSTRUMENTOS DE ACABAMENTO SÉRIE F DAS LIMAS ROTATÓRIAS PROTAPER UNIVERSAL.COM 60 UNIDADES.	10	CX
41.	**HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5% SODA CLORADA DESCRIÇÃO:** SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 2,5%. FRASCO COM 1 LITRO.	20	UND
42.	**KIT PAPEL CARBONO** PARA ARTICULAÇÃO: MARCA MESMO EM SUPERFÍCIE ÚMIDA (COM SALIVA). PRESSÃO FORTE: MARCAÇÃO ESCURA. PRESSÃO FRACA: MARCAÇÃO CLARA.	30	UND
43.	**LIMA ENDODÔNTICA PARA USO MANUAL**, CONFECCIONADA EM LIGA DE NÍQUEL-TITÂNIO (NITI), PONTA INATIVA, CONICIDADE MÍNIMA .02, DIÂMETRO CONFORME SEQUÊNCIA INDICADA, COMPRIMENTO PADRÃO 21 MM OU 31 MM, ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE. APRESENTAÇÃO EM CONJUNTO DE SEQUÊNCIA COMPLETA.	05	CX
44.	**LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS, SÉRIE 15 A 40**, CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL OU NITI DE ALTA QUALIDADE, PONTA INATIVA, CONICIDADE MÍNIMA .02, COMPRIMENTO 31 MM, ESTERILIZÁVEIS EM AUTOCLAVE. EMBALAGEM COM CONJUNTO DE CALIBRES COMPLETOS DA SÉRIE.	10	CX
45.	**LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS, SÉRIE 45 A 80**, CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL OU NITI DE ALTA QUALIDADE, PONTA INATIVA, CONICIDADE MÍNIMA .02, COMPRIMENTO 21 MM, ESTERILIZÁVEIS EM AUTOCLAVE. EMBALAGEM COM CONJUNTO DE CALIBRES COMPLETOS DA SÉRIE.	10	CX
46.	**LIMAS ENDODÔNTICAS MANUAIS, SÉRIE 45 A 80**, CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL OU NITI DE ALTA QUALIDADE, PONTA INATIVA, CONICIDADE MÍNIMA .02, COMPRIMENTO 31 MM, ESTERILIZÁVEIS EM AUTOCLAVE. EMBALAGEM COM CONJUNTO DE CALIBRES COMPLETOS DA SÉRIE.	10	CX

47.	**LIMAS SERIE ESPECIAL N°10 TAMANHO 25 DESCRIÇÃO:** FABRICADA EM AÇO INOX 18-8 COM FIBRA REFORÇADA. OFERECE MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E MANTÉM SUA GRANDE FLEXIBILIDADE DEVIDO SUA FORMA DE CONFECÇÃO. SÉRIE: ESPECIAL. AUTOCLAVÁVEL A 135º GRAUS E 180º EM ESTUFA.	10	CX
48.	**LIMAS SERIE ESPECIAL N°10 TAMANHO 31 DESCRIÇÃO:** FABRICADA EM AÇO INOX 18-8 COM FIBRA REFORÇADA. OFERECE MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E MANTÉM SUA GRANDE FLEXIBILIDADE DEVIDO SUA FORMA DE CONFECÇÃO. SÉRIE: ESPECIAL. AUTOCLAVÁVEL A 135º GRAUS E 180º EM ESTUFA.	10	CX
49.	**LIMAS SERIE ESPECIAL N°15 TAMANHO 25 DESCRIÇÃO:** FABRICADA EM AÇO INOX 18-8 COM FIBRA REFORÇADA. OFERECE MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E MANTÉM SUA GRANDE FLEXIBILIDADE DEVIDO SUA FORMA DE CONFECÇÃO. **SÉRIE: ESPECIAL. AUTOCLAVÁVEL A 135º GRAUS E 180º EM ESTUFA.**	10	CX
50.	**LIMAS SERIE ESPECIAL N°15 TAMANHO 31 DESCRIÇÃO:** FABRICADA EM AÇO INOX 18-8 COM FIBRA REFORÇADA. OFERECE MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E MANTÉM SUA GRANDE FLEXIBILIDADE DEVIDO SUA FORMA DE CONFECÇÃO.SÉRIE: ESPECIAL. AUTOCLAVÁVEL A 135º GRAUS E 180º EM ESTUFA.	10	CX
51.	**LIMAS SERIE ESPECIAL N°8 TAMANHO 25 DESCRIÇÃO:** FABRICADA EM AÇO INOX 18-8 COM FIBRA REFORÇADA. OFERECE MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E MANTÉM SUA GRANDE FLEXIBILIDADE DEVIDO SUA FORMA DE CONFECÇÃO. **SÉRIE: ESPECIAL. AUTOCLAVÁVEL A 135º GRAUS E 180º EM ESTUFA.**	10	UND
52.	**LUVA DE SEGURANÇA CONFORT LÁTEX DANNY COM FORRO PARA LIMPEZA DA-299 CA 15532**	20	UND
53.	**MOLDEIRA DUPLA PARA FLÚOR DESCARTÁVEL:** PRECISÃO NA MANIPULAÇÃO E APLICAÇÃO. ENCAIXE UNIVERSAL, EXCELENTE QUALIDADE	35	PCT
54.	**ÓCULOS DE PROTEÇÃO DESCRIÇÃO:** LENTE INCOLOR DE POLICARBONATO. PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA/UVB.	50	UND
55.	**PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO COM 12 UNIDADES:** MARCA MESMO EM SUPERFÍCIE ÚMIDA (COM SALIVA). PRESSÃO FORTE: MARCAÇÃO ESCURA. PRESSÃO FRACA: MARCAÇÃO CLARA.	30	PCT
56.	**PEDRA PARA AFIAR GOIVA 152:** PEDRA PARA AFIAR CURETAS GOIVA. DISPONÍVEL NA COR BRANCA (FINA). FABRICADO NOS PADRÕES DE QUALIDADE INTERNACIONAL.	10	UND
57.	**PINÇA CLINICA:** UTILIZADO COM AUXILIAR EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS, ONDE SE FAZ NECESSARIO O USO DE PINÇA	20	UND
58.	**PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA DESCRIÇÃO:** DIÂMETRO 12CM. AÇO INOXIDAVEL	12	UND
59.	**PINÇA KELLY RETA DESCRIÇÃO:** DIÂMETRO 12CM. AÇO INOXIDAVEL	12	UND
60.	**PLACA DE VIDRO LISA DESCRIÇÃO:** INDICADA PARA A ESPATULAÇÃO DE MATERIAIS. MEDIDAS: 14CM X 8CM (L X C)	10	UND
61.	**PORTA AMALGAMA DE AÇO PARA INSERÇÃO DO AMALGAMA NA CAVIDADE**	10	UND
62.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA A1 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
63.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA A2 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO,	50	UND

	DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.		
64.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA A3 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
65.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA A3,5 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
66.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA B2 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
67.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DENTINA C2 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
68.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE A1 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
69.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE A2 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
70.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE A3 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
71.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE A3,5 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES	50	UND

	DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.		
72.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE B1 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
73.	**RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL ESMALTE B2 DESCRIÇÃO:** CONTEÚDO 4G, MATERIAL COMPOSITO HIBRIDO PARA RESTAURAÇÃO DE DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, DE PARTICULAS FINAS, RADIO-OPACO, DE ALTO CONTEUDO DE CARGA. RESISTENTE A ABRASÃO E DE CONSISTENCIA NÃO PEGAJOSA USO RESTAURAÇÕES DIRETAS DE CAVIDADES DA CLASSE I, II, II, IV, V E FERULIZAÇÃO DE DENTES COM MOBILIDADE.	50	UND
74.	**REVELADOR DE 500ML,** UTILIZADO PARA FIXAÇÃO DA IMAGEM REVELADA NA PELICULA RADIOGRAFICA.	40	UND
75.	**REVELADOR PARA RAIOS-X** – FRASCO COM 500 ML.	20	UND
76.	**ROLO BOBINA PLÁSTICO FILME PVC 28CM X 300 METROS**	10	UND
77.	**SACO PLÁSTICO SACOLÉ – SEGPLAST EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. 5CM X 23CM.**	10	UND
78.	**SELANTE DE SUPERFICIE CICATRICULAS E FISSURAS:** EMBALAGEM COM 3ML. SELANTE DE SUPERFICIE COM FORMULAÇÃO RESINOSA BAIXA VISCOSSIDADE.	25	UND
79.	**SUGADOR CIRÚRGICO** – CAIXA COM 20 UNIDADES	40	UND
80.	**SUGADOR ENDODÔNTICO** – PACOTE COM 03 AGULHAS	40	UND
81.	**TAMBOREL DE ALUMÍNIO AUTOCLAVÁVEL DESCRIÇÃO:** ESTERILIZÁVEL EM AU TOCLAVE OU EM ESTUFA. REFIL DESCARTÁVEL E SUBSTITUÍVEL**.**	10	UND
82.	**TESOUTA IRIS RETA**: DESCRIÇÃO: DIAMETRO 12CM AÇO INOXIDAVEL	25	UND
83.	**TESTE DE VITALIDADE ENDO ICE SPRAY:** POSSUI ODOR MENTOLADO. SPRAY ENDO ICE À BASE DE ÁGUA, RESFRIAMENTO DE -50 ºC. PROPORCIONA UM DIAGNÓSTICO PRECISO E CONFIÁVEL. EFICÁCIA NO DIAGNÓSTICO PARA TRATAMENTOS ENDODÔNTICOS. SOLUÇÃO PARA TESTE DE VITALIDADE PULPAR.	10	UND

2. DO PRAZO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.1.1. A futura contratação será realizada para fins de garantir a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, cujo interrupção ocasionará prejuízos a pessoas e serviços essenciais.
2.1.2. A contratação se refere a serviços contínuo, pois servem à necessidade e à utilidade no atendimento da demanda da secretaria de saúde que compõe a estrutura administrativa municipal.
2.3. Caberá a PMBV todos os atos atinentes às possíveis prorrogações contratuais, inserindo todos os elementos técnicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo para providenciar, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, a prorrogação.
2.4. A prorrogação deverá ser justificada pela Secretaria pertinente ao objeto contratado.

2.5. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:
2.5.1. o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
2.5.2. a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
2.6. A contratação se refere a serviços comuns, pois servem à necessidade e à utilidade no atendimento da demanda de todas as secretarias, órgãos e programas que compõe a estrutura administrativa municipal.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Cumpre esclarecer que tal aquisição ocupa papel de destaque dentro da Secretaria Municipal de Saúde, vez que o objeto se trata de insumos imprescindíveis para a promoção de ações e serviços voltados ao cumprimento do dever Estatal de garantir aos munícipes o direito à saúde e princípio fundamental da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS).
A maioria das intervenções em saúde envolve o uso de materiais odontológicos, podendo ser determinante para obtenção de resultados favorável para os pacientes atendidos nas Unidades de Saúde gerenciadas pela Secretaria de Saúde, é imperativo a formação de estoque de segurança, bem como, viabilizar a manutenção das unidades referidas nessa justificativa.
De tal modo, o objeto que se pretende licitar é imprescindível para a qualidade e excelência dos serviços ofertados aos usuários do SUS, sem o qual, minimamente os PSF's não conseguem operacionalizar atendimentos aos usuários.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos técnicos

- Todos os materiais e equipamentos devem possuir registro e/ou certificação dos órgãos competentes (ex.: ANVISA, INMETRO, ABNT), quando aplicável;
- Conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais vigentes para produtos odontológicos;
- Equipamentos fabricados em aço inoxidável ou materiais resistentes à esterilização em autoclave, garantindo durabilidade e biossegurança;
- Fornecimento acompanhado de manuais técnicos em português, incluindo instruções de uso e manutenção;
- Garantia mínima de 12 meses para materiais permanentes e 24 meses para equipamentos de maior complexidade (ex.: fotopolimerizadores, aspiradores cirúrgicos);
- Assistência técnica credenciada no território nacional, com prazo de atendimento máximo de 72h após abertura de chamado.

Requisitos temporais

- Prazo máximo de entrega: até 10 dias corridos após a assinatura do contrato;
- Instalação e testes de funcionamento dos equipamentos permanentes em até 10 dias úteis após a entrega;
- Substituição de itens defeituosos ou avariados em até 7 dias corridos, sem ônus para a Administração;
- Garantia de fornecimento contínuo dos itens de consumo durante toda a vigência contratual.

Requisitos gerais

- A entrega deve ocorrer no almoxarifado central da Secretaria de Saúde ou nas UBS indicadas, em dias úteis e em horário comercial;

- Os produtos devem ser entregues em embalagens originais de fábrica, invioladas, com informações sobre lote, validade, data de fabricação e instruções de conservação;
- Todos os insumos devem possuir validade mínima de 12 meses contados da data de entrega;
- O transporte e descarregamento são de inteira responsabilidade do fornecedor;
- Observância à legislação vigente de saúde, segurança do trabalho, meio ambiente e às diretrizes da vigilância sanitária.

Requisitos especiais

- Treinamento presencial e/ou remoto da equipe de saúde bucal para uso adequado dos equipamentos adquiridos, quando aplicável;
- Apresentação de certificado de calibração ou teste de qualidade dos equipamentos de diagnóstico e esterilização;
- Fornecimento de peças sobressalentes ou kits de manutenção inicial, quando se tratar de equipamentos de uso contínuo;
- Compromisso do fornecedor em dar suporte técnico por, no mínimo, 5 anos após a aquisição, no caso de equipamentos de maior porte;
- Adoção de práticas de sustentabilidade, incluindo descarte ambientalmente adequado das embalagens e logística reversa para resíduos quando cabível.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

Após o levantamento de mercado concluímos que a solução é: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA-PB.**

5.1. A execução do objeto ocorrerá de forma **parcelada**, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, devendo a entrega ser realizada em até **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento da ordem de fornecimento.
5.2. Os materiais e equipamentos odontológicos deverão ser entregues em **perfeitas condições de uso**, observando rigorosamente as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e do contrato.
5.2.1. Cumprir integralmente os prazos estabelecidos para a entrega dos itens solicitados pela Contratante.
5.2.2. Assegurar que todos os produtos entregues estejam devidamente **lacrados, higienizados e acondicionados**, preservando sua integridade, segurança e qualidade até a entrega final.
5.2.3. Fornecer, sempre que aplicável, **manuais de instrução, certificados de garantia, registros na ANVISA e demais documentações técnicas** exigidas pela legislação vigente.
5.2.4. Substituir, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, qualquer produto entregue que apresente defeito de fabricação, divergência em relação ao solicitado ou prazo de validade inferior ao estipulado no edital.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Os produtos serão entregues parceladamente, de acordo com a demanda da Secretaria de Saúde, devendo os serviços ser entregues em até 10 (dez) dias após a ordem de fornecimento.
6.2. Os produtos deverão ser entregues, em local ainda a ser determinado pelo SETOR DEMANDANTE, constante na ordem de fornecimento.
6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor designado, o qual será o fiscal do contrato. O fiscal será formalmente designado pela contratante por meio de Portaria e terá a autoridade para assegurar o cumprimento de todos os termos e condições

deste contrato. Qualquer modificação na designação do fiscal deverá ser comunicada previamente por escrito às partes contratantes, a fim de garantir a continuidade da eficaz gestão do contrato.

6.4. O contrato será gerido pela Sra. Kamilla Lopes Vital, que terá a responsabilidade de supervisionar a execução do contrato, mediar eventuais questões contratuais e atuar como o ponto de contato principal entre as partes contratantes. O Gestor será formalmente designado pela contratante por meio de Portaria e terá a autoridade para assegurar o cumprimento de todos os termos e condições deste contrato. Qualquer modificação na designação do Gestor deverá ser comunicada previamente por escrito às partes contratantes, a fim de garantir a continuidade da eficaz gestão do contrato.

6.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.7. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.8. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal do contrato, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais no prazo de até 15 dias.

6.9. O objeto será recebido definitivamente, pelo fiscal do contrato, com a confirmação do atendimento as exigências contratuais no prazo de 30 dias.

6.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.11. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

6.12. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

6.13. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de produtos nela empregados.

6.14. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

6.15. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.16. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
8.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
8.2.2. A sanção prevista no inciso I do item 8.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
8.2.3. A sanção prevista no inciso II do item 8.2, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.
8.2.4. A sanção prevista no inciso III do item 8.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Boa Ventura, pelo máximo de 3 (três) anos.
8.2.5. A sanção prevista no inciso IV do item 17.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 7.2.4, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
8.2.6. A sanção estabelecida no inciso IV do item 8.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.
8.2.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 8.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

8.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
8.2.9. A aplicação das sanções previstas no item 8.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
8.2.10. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 8.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
8.2.11. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 8.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9. DA GARANTIA DE CONTRATUAL

9.1. Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A medição do fornecimento ocorrerá por unidade adquirida.
10.2. As medições ocorrerão de forma parcelada, mediante demanda.
10.3. A medição dos fornecimentos entregues será realizada de forma detalhada, verificando a quantidade, qualidade e conformidade com as especificações técnicas.
10.4. O fornecedor deverá apresentar documentação de entrega completa, incluindo nota fiscal, descrição detalhada dos produtos, quantidade entregue e data de entrega, acompanhada de todas as certidões negativa de débitos fiscais, nos termos do Art. 90, §21 da Lei no 14.133/2021.
10.5. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
10.6. O contratado deverá inserir os dados bancários para pagamento na nota fiscal.
10.7. O pagamento será realizado por unidade de recebimento.
10.8. Os preços unitários para cada tipo de material serão estabelecidos no contrato e serão utilizados para calcular o valor total a ser pago com base nas medições.
10.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
10.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
10.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
10.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.13. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 9º da Medida Provisória no 1.047/21, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.
10.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributaria prevista na legislação aplicável.
10.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributaria quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. A presente contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com fundamento no art. 6º, inciso XLI, c/c art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns.

11.2. O critério de seleção do fornecedor será o de menor preço por item, de modo a assegurar maior competitividade e economicidade à Administração.
11.3. Para fins da seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso, considerando todo o ciclo de vida do objeto, a licitação observará os seguintes parâmetros:
a) Modalidade: Pregão Eletrônico, em razão de se tratar de aquisição de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado;
b) Critério de julgamento: Menor preço por item, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, em observância ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;
c) Modo de disputa: Aberto-fechado, iniciando-se pela etapa de lances públicos e sucessivos (aberto), seguida de etapa fechada entre os licitantes melhor classificados, conforme autorizado pelo art. 56, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a fim de assegurar maior competitividade e economicidade;
d) Orçamento sigiloso: O orçamento estimado permanecerá em sigilo até o encerramento da fase de lances, nos termos do art. 24, §3º, da Lei nº 14.133/2021, de forma a evitar comportamentos colusivos e assegurar maior poder de negociação à Administração.
11.4. Diante do exposto, conclui-se que a combinação acima descrita é a mais eficiente e adequada para a seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

11.5. Da qualificação jurídica, fiscal, trabalhista, financeira e técnica necessária para contratação
11.5.1. Para a habilitação regulamentada, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.
11.5.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.
11.5.3. A contratada deverá apresentar as seguintes declarações:
a) Que sob as penas da Lei, não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;
b) Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos;
d) Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação;
e) Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;
f) Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
g) Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;
h) Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
11.5.4. As declarações acima mencionadas serão apresentadas através do sistema Compras Públicas, devendo as licitantes assinalarem os campos respectivos no sistema.

11.5.5 Relativa habilitação jurídica
11.5.5.1. Pessoa Jurídica
a) As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;
b) As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;
c) As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.
d) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
e) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

11.6.6. Relativos a regularidade fiscal, social e trabalhista
11.6.6.1. Pessoa Jurídica
a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

11.6.7. Relativos à capacidade econômico-financeira
11.6.7.1 Pessoa Jurídica
a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

11.6.8. Relativos à capacidade técnica;
Para fins de habilitação, a Administração poderá exigir dos licitantes a comprovação de capacidade técnica, de forma compatível e proporcional ao objeto licitado, observando o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, mediante:
a) Apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de materiais e/ou equipamentos odontológicos de características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto ora licitado;
b) Quando aplicável, apresentação de **registro do produto junto à ANVISA**, ou demais órgãos de controle competentes, assegurando a regularidade da comercialização dos itens;
c) Disponibilização, quando exigido, de **catálogos, manuais ou fichas técnicas** que comprovem as especificações dos produtos ofertados;
d) Declaração formal do licitante de que os bens fornecidos atenderão integralmente às normas técnicas, de saúde e de segurança vigentes.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O preço estimado da contratação é sigilo e somente será disponibilizado após o fim da fase de lances.
12.2. O orçamento será sigiloso haja vista que traz maior economia e poder de negociação a Administração, pois divulgar o preço estimado desestimula os licitantes a baixarem seus preços, pois já sabem qual o valor que a Administração pretende pagar. É natural do ser humano, quando de uma negociação, não divulgar quando pretende pagar ou receber por determinado bem ou serviço.
12.3. A memória de cálculo ou os documentos que justificaram o orçamento seguem anexo ao Termo de Referência.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2025, conforme rubricas abaixo:

Unidade Orçamentária:
02.120 SECRETARIA DE SAUDE
02.130 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação:

10 301 1006 2062 Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Saúde
35|10 302 1006 2064 Manutenção das Ações e Servicos Públicos de Saúde - Bloco Custeio -Atenção Especializada/SUS
10 303 1006 2066 Manutenção das Ações/Serviços Públicos de Saúde - Bloco Custeio -Assistência Farmacêutica/SUS
10 301 1006 2068 Manutenção das Ações dos Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - REC. PROPRIOS
10 301 1006 2068 Manutenção das Ações dos Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - REC. PROPRIOS
10 303 1006 2071 Manutenção das Ações/Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - REC. PRÓPRIOS
10 305 1006 2073 Manutenção das ações de combate ao coronavirus - COVID-19

Elemento de despensa:
3390.30 99 Material de Consumo

13.2. A cada exercício financeiro, deverá ser confirmada a disponibilidade de créditos orçamentários.

14. DO REAJUSTAMENTO

14.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.
14.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IPCA.
14.3 - A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.
14.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.
14.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.
14.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos produtos para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0xx/202x
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ___/202x

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2024, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.
LOCAL: **PREFEITURA MUNCIPAL DE _____/UF**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	**CIDADE:**
CEP:	**E-MAIL:**
TELEFONE:	**FAX:**
CONTATO DA LICITANTE:	**TELEFONE:**
BANCO DA LICITANTE:	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:**
Nº DA AGÊNCIA:	

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

4 QUE **NÃO POSSUI** VÍNCULO DE NATUREZA TÉCNICA, COMERCIAL, ECONÔMICA, FINANCEIRA, TRABALHISTA OU CIVIL COM DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE OU COM AGENTE PÚBLICO QUE DESEMPENHE FUNÇÃO NA LICITAÇÃO OU ATUE NA FISCALIZAÇÃO OU NA GESTÃO DO CONTRATO, OU QUE DELES SEJA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU.

5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA _____ Nº ____, BAIRRO____, CEP: _____, _____/UF TODOS OS EQUIPAMENTOS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

_____

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/20__

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA .....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ..... por intermédio do(a) ..... (órgão) contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pela PREFEITA MUNICIPAL, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto Municipal nº 148/2022 e Decreto Municipal nº 149/2022, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui-se objeto do presente Contrato é a **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER E AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA-PB, conforme informações e especificações constantes no edital do Pregão eletrônico n.º 021/2025, conforme itens abaixo:**

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	QUANT	MARCA	UND	VALOR UNIT.	V. TOTAL
1.						
2.						

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente contrato é decorrente do processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico nº 021/2025, realizada com base na Lei nº 14.133/2021, artigo 37 da Constituição Federal e Decretos Municipais nº 0052/2021 e 0007/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

3.1 - Aplica-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento.

a) Processo Administrativo nº 0092/2025;

b) Pregão Eletrônico nº 021/2025;
b) Proposta do contratado, nos termos aceitos pela PMBV.

3.2 - A partir da assinatura do presente contrato, a este, passarão a ser aplicáveis tudo que resultem em termos aditivos que vierem a ser realizados e que importem em alteração de condições contratuais, desde que assinados pelos representantes credenciados das partes.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2025:

Unidade Orçamentária:
02.120 SECRETARIA DE SAUDE
02.130 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Classificação:
10 301 1006 2062 Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Saúde
35|10 302 1006 2064 Manutenção das Ações e Servicos Públicos de Saúde - Bloco Custeio -Atenção Especializada/SUS
10 303 1006 2066 Manutenção das Ações/Serviços Públicos de Saúde - Bloco Custeio -Assistência Farmacêutica/SUS
10 301 1006 2068 Manutenção das Ações dos Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - REC. PROPRIOS
10 301 1006 2068 Manutenção das Ações dos Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - REC. PROPRIOS
10 303 1006 2071 Manutenção das Ações/Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - REC. PRÓPRIOS
10 305 1006 2073 Manutenção das ações de combate ao coronavirus - COVID-19

Elemento de despensa:
3390.30 99 Material de Consumo

4.2. No momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários deverá ser observada.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATUAL

5.1 - O valor do presente contrato é de R$ _____ (_____).

5.2 – O valor acordado nesta cláusula é considerado completo, e devem compreender todos os custos e despesas que direta ou indiretamente, decorra do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato, tais como, e sem limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, despesas com deslocamentos, seguro, seguros de transporte e embalagem, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

6.1. Eventuais alterações no contrato devem ser realizadas através de termo aditivo nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021 e serão regulados pelas mesmas condições do contrato resultante da licitação, aplicando-se aos preços base da PMI, um redutor, no

mesmo percentual encontrado entre o valor global da proposta vencedora e o preço base incluso neste edital.
6.2. A PMI, como parte contratante, gestora e fiscalizadora deste contrato, também ficará responsável pela abertura dos processos de aditivos e solicitações de acréscimos e supressões, se houver, do instrumento contratual, inserindo todos os elementos técnicos e jurídicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo para a secretaria CONTRATANTE para análise, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, dos TERMOS ADITIVOS, sendo posteriormente, conforme o caso, assinado por ambas as contratantes, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE ENTREGA, DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 - O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
7.2. O fornecimento será parcelado, mediante demanda da Secretaria, devendo os materiais serem entregues no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da ordem de fornecimento.
7.3. Prevê-se a distribuição dos quantitativos estimados em 12 parcelas mensais, sujeitas a ajustes conforme as necessidades emergentes da Secretaria de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

8.1 - O presente contrato poderá ter sua duração prorrogada, caso haja interesse da administração, de conformidade com o art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, e desde que observados o art. 108 da mencionada lei.
8.2 - Caberá a PMBV todos os atos atinentes às possíveis prorrogações contratuais, inserindo todos os elementos técnicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo para providenciar, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, a celebração dos TERMOS ADITIVOS.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será permitido a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREÇO, DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO

10.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado da contratação.
10.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da do orçamento estimado da contratação, pela IPCA.
10.3 - A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data do orçamento estimado da contratação e de acordo com a vigência do contrato.
10.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.
10.5. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

10.6. Para fins do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, as partes devem apresentar solicitação, anexando planilha detalhada dos custos do objeto, fazendo uma comparativo com a composição dos custos para obtenção dos preços inicialmente contratados e planilha dos custos para fins do reequilíbrio econômico do contrato.
10.7. O prazo para resposta ao pedido de reequilíbrio econômico do contrato será de até 1 (um) mês, contados da data do protocolo da solicitação.
10.8. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
10.8.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

11.1. Para fins de pagamento, o valor será por unidade e obedecerá aos critérios estabelecidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RETENÇÕES E GARANTIAS

12.1. A contratante deverá reter o imposto municipal e taxas municipais previstas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. As sanções associadas a esta contratação estão estabelecidas no Termo de Referência e estão integralmente incorporadas ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
I - não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
14.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
I - supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 14.2 observarão as seguintes disposições:
I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.
14.3. A extinção do contrato poderá ser:
I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
14.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
14.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
I - devolução da garantia;
II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
III - pagamento do custo da desmobilização.
14.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, as seguintes consequências:
I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do produtos e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
III - execução da garantia contratual para:
a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
14.4.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste item ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
14.4.2. Na hipótese do inciso II deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou equivalente.
15.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
15.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
16.4. Designar representante(s), denominado (s) GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, e o qual notificará à CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados;
16.5 – Emitir termo de encerramento contratual, a partir do qual qualquer serviço/compra prestado, após sua assinatura pelas partes, não terá amparo contratual, não ficando a PMI obrigada ou sujeita aos pagamentos que porventura venham a ser posteriormente pleiteados pela CONTRATADA.
16.6 – Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do FISCAL DO CONTRATO, ao qual competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados;
16.7 – Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato e/ou sobre quaisquer falhas ou defeitos apresentados pelo equipamento ou instalações, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários e interrompendo o uso do mesmo, se assim for recomendado, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito;
16.8 – Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;
16.9 – Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços/fornecimento do bem e o atendimento das exigências contratuais;
16.10. A PMI através da autoridade competente ou por pessoa por ela designada será o Gestor da Execução do contrato firmado com a licitante ganhadora, sendo de sua responsabilidade todos os atos decorrentes da execução do mesmo.
16.11 Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado fiscal e Gestor do Contrato;
16.12 – Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como consulta online às certidões respectivas ao Cadastro nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de improbidade Administrativa disponível no CNJ, Certidão Negativa de Inidôneos do TCU.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 – Cumprir, pontualmente, os compromissos financeiros acordados com a contratada.
16.2 - Suprir a CONTRATANTE de documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao objeto a ser executados, bem como dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos.
16.3 – Manter entendimentos com a CONTRATANTE sempre por escrito ou mediante anotação em livro de ocorrência, com ressalvas dos casos determinados pela urgência das medidas, cujos entendimentos verbais devem ser confirmados por escrito, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado a partir do referido entendimento.

16.4 - Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
16.5 - Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.
16.6 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca.
16.7 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);
16.8 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;
16.9 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
16.10 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
16.11 - Indicar preposto para representá-lá durante a execução do contrato.
16.12 - Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.
16.13 - Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhores técnicas vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

17.1 – Deverão ser observadas pela CONTRATADA, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessárias a preservação da integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio da PMI e ao público afeto e dos materiais envolvidos no serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas da PMI.
17.2 – A PMI poderá a critério determinar a paralisação do serviço ou fornecimento, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela contratada. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da CONTRATADA, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
17.3 – A CONTRATADA se responsabilizará ainda por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS

18.1 – A PMI, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços/fornecimento dos bens, cientificando oficialmente à licitante contratada tal decisão.
18.1.1 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO RECEBIMENTO DOS BENS/SERVIÇOS

19.1 – As regras para recebimento provisório e definitivo estão dispostas no Termo de Referência e integram a presente contratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 – A PMI não se responsabilizará, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros decorrentes de tributos indevidamente recolhidos ou erroneamente calculados por parte da contratada.
22.2 – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a data de entrega dos documentos de habilitação e das propostas, cuja base de cálculo seja o preço proposto, implicarão na revisão dos preços, em igual medida, para maior ou para menor, conforme o caso. A alteração ou criação de tributos de repercussão indireta, assim como encargos trabalhistas, não repercutirão nos preços contratados.
22.3 – Durante a vigência do contrato, caso a PMI, venha a se beneficiar da isenção de impostos, deverá informar a contratada, para que o mesmo possa cumprir todas as obrigações acessórias atinentes à isenção.
22.4 – Ficará a contratada com a responsabilidade de comunicar, imediatamente e por escrito, a PMI, tão logo sejam do seu conhecimento, os procedimentos fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o contrato.
22.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na PMI.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1 – Fica eleito o FORO da cidade de Itaporanga/PB, com a expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato.
E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

XXXXXXX/UF, ... de..... de 20.....

_____
Responsável legal da CONTRATANTE

_____
Responsável legal da CONTRATADA